

# Mais uma derrota da esquerda

O Centrão derrota a emenda de Covas por 265 votos contra 194 e 4 abstenções

BRASÍLIA  
AGÊNCIA ESTADO

Foi a terceira derrota consecutiva da esquerda na Constituinte, a terceira vitória do Centrão. Por 265 votos contra 194 e quatro abstenções, foi rejeitada a emenda supressiva com a qual o líder do PMDB na Constituinte, senador Mário Covas (PMDB-SP), pretendia eliminar o caráter "automático" das emendas e destaques subscritos pela maioria absoluta da Casa (280 votos). Na semana passada, Covas tentou, em vão, retirar do plenário a bancada do PMDB. Desta vez, submeteu-se à votação e foi derrotado.

Mas a maior derrota da tarde foi dos pequenos partidos de esquerda. O novo regimento da Constituinte, que vai regular as votações da redação da futura Carta, é o resultado de um grande acordo entre as lideranças das mais importantes facções do plenário. O substitutivo da Mesa foi aprovado por 434 dos 484 parlamentares presentes ao plenário. Votaram contra apenas 48 e houve duas abstenções.

Estiveram presentes à votação 463 dos 559 constituintes e seu resultado representa a segunda derrota do senador Mário Covas durante o exame das propostas de mudança do regimento da Constituinte. O pedido de destaque do líder peemedebista suprimia apenas três palavras do parágrafo 2 do artigo 1º do projeto de resolução da Mesa, "automática, não sendo". A rejeição pela Constituinte, com apoio de número expressivo de representantes do PMDB, acentua ainda mais seu desgaste político. Na semana passada, ele tentou retirar sua bancada para impedir a aprovação do projeto do Centrão, mas não foi seguido por 131 peemedebistas, que permaneceram no plenário e votaram a favor da proposta.

O senador Mário Covas discursou antes do início da votação, quando voltou a defender a tese de que uma simples assinatura de apoio a uma proposição não pode ser considerada como voto, o qual precisa ser efetivamente manifestado. Ele usou como figura o caso do alistamento eleitoral, argumentando que o cidadão se torna eleitor ao se alistar e obter seu título, mas só exerce o seu direito de voto quando o inscreve na cédula e a deposita na urna.

Ele elogiou a intermediação do presidente Ulysses Guimarães na busca de uma solução criada para o impasse gerado pela aprovação do projeto do Centrão, afirmando que o substitutivo da Mesa havia incorporado todos os dispositivos sobre os quais havia acordo. Mário Covas insistiu que o fato de pretender suprimir a possibilidade de preferência automática não representava oposição ao projeto de resolução da Mesa, mas uma adesão a um mecanismo de votação adotado pela própria Mesa. Segundo ele, na votação de cada artigo "é preciso construir a maioria, pois se assim não fosse, o PMDB, que chegou aqui com 305 parlamentares, poderia fazer, sozinho, a nova Constituição, em uma semana".

O deputado Bonifácio Andrada, do PDS, que discursou contra o pedido de destaque do senador por São Paulo, refutou a tese de Mário Covas de que a preferência automática não faz parte da tradição parlamentar. Ele citou artigos do regimento da Câmara (o de nº 189) e do regimento comum (o de nº 72) para provar que a preferência automática é procedimento normal da atividade legislativa. Na Câmara, o mecanismo é admitido para uma série de proposições no Congresso para as propostas de emendas constitucionais. Bonifácio reforçou ainda sua argumentação lembrando que o próprio projeto de resolução da Mesa estava sendo votado graças à preferência manifestada pela maioria parlamentar na Constituinte, a qual considerou "perfeitamente ancorada na tradição parlamentar e nos regimentos internos". Por fim ele acusou os defensores do destaque do senador Mário Covas de pretenderem criar dificuldades para o plenário, afirmando que a intenção do Centrão "é apressar o processo constituinte".

## PROJETO DO ACORDO

As expectativas das expectativas que supunham dificuldades até para

O regimento interno aprovado pela Constituinte está na página 41

## O projeto é quase o mesmo

BRASÍLIA  
AGÊNCIA ESTADO

O novo regimento proposto pela Mesa da Constituinte é o mesmo que poderia ter sido votado na semana passada se tivesse havido acordo entre as esquerdas e o Centrão. A diferença é que o anterior não mencionava especificamente a questão das 280 assinaturas para aprovação automática de preferências. Foi este o detalhe que provocou o impasse. Era uma exigência do Centrão, grupo majoritário, e passou a fazer parte novamente do regimento. As novas regras são, portanto, as propostas pelo Centrão, redigidas basicamente pelos assessores Henrique Hargreaves, Paulo Afonso de Souza e parlamentares como Bonifácio Andrada (PDS-MG). A proposta foi aprovada pelo presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, e demais integrantes da Mesa na noite de terça-feira.

Pelo regimento antigo, todos os textos aprovados pela Comissão de Sistematização voltariam ao Plenário para apreciação, incluindo cerca de 30 mil emendas e 12 mil destaques. De acordo com o novo regimento, só não são prejudicadas as emendas populares. Cada constituinte terá prazo de sete dias, a partir da publicação no Diário da Assembléia Nacional Constituinte, para apresentação de até quatro emendas individuais. O regimento aprovado facultava ainda a maioria absoluta — 280 votos — a apresentação de substitutivos a títulos, capítulos, seções e subseções. A iniciativa com maior número de assinaturas terá prioridade para votação.

Os substitutivos e emendas, pelo regimento da Mesa, que tiveram o

a formação de quórum, o substitutivo da Mesa diretora da Constituinte, o projeto de Resolução nº 21-A foi aprovado pouco depois das 20 horas, por folgada margem de votos favoráveis: dos 484 votantes, 434 manifestaram-se favoravelmente e apenas 48 contra, com duas abstenções.

Também não houve incidentes em plenário e os protestos limitaram-se a algumas tentativas de proter a votação, chegando o vice-líder petista José Genoíno a pleitear o adiamento das deliberações, sem que o presidente Ulysses Guimarães se preocupasse com uma resposta, ordenando, ao contrário, o início da chamada nominal, feita pelo deputado Arnaldo Faria de Sá de maneira veloz.

Com a aprovação do substitutivo da Mesa, ficaram prejudicadas todas as matérias que o antecederam, inclusive o substitutivo anterior, do Centrão, que já havia sido votado na semana passada, graças a um pedido de preferência aprovado no mesmo dia. Mas aquele substitutivo só teria sua votação completada depois do exame de todas as emendas e destaques a ele apresentados.

O Substitutivo nº 21-A, da Mesa, é resultante do acordo entre a presidência da Constituinte e as forças que subscreveram o projeto da resolução anterior, principalmente o Centrão.

No seu protesto, o vice-líder José Genoíno acusou a metodologia empregada pela Mesa de prejudicar com o novo substitutivo todas as emendas apresentadas ao projeto da quarta-feira passada, dizendo que se tratava de um casuísmo regimental, além de representar uma violência.

Com muita calma, Ulysses Guimarães explicou ao deputado paulista que essa prática é adotada pelo Legislativo há pelo menos cem anos. E aproveitou para oferecer breve lição de processo constitucional a Genoíno: trata-se de um substitutivo e um substitutivo substitui sempre outra matéria.

Antes da aprovação do projeto, o plenário votou o requerimento proposto pelo PT, com o apoio de outros pequenos partidos, para que fosse concedida preferência a um substitutivo do partido, que acabou prejudicado: o plenário rejeitou o requerimento de preferência, por esmagadora maioria — 417 votos a 76 e uma abstenção.

## SESSÃO TRANQUILA

Nas duas primeiras horas, a sessão da Constituinte, iniciada às 15h30, foi tranquila. Não houve discursos acalorados, nem manifestações das galerias, que estavam, desta vez, quase vazias. Parecem ter sido eficazes as medidas de reforço da segurança adotadas pela Mesa.

A sessão começou com menos de cem constituintes em plenário. Duvidava-se até que pudesse haver quórum para votação ou número suficiente, da parte do Centrão (mais de 280), para evitar qualquer surpresa.

O "pinga-fogo", tempo destinado às breves comunicações, estendeu-se por uma hora, com vários oradores tratando de assuntos diversos — desde o 13º salário para os aposentados, cujo adiamento foi condenado por Arnaldo Faria de Sá (PTB-SP), até o reconhecimento de Brasília, pela Unesco, como patrimônio artístico e cultural da Humanidade.

Houve um momento de suspensão, porém, quando o presidente da Comissão de Sistematização, Afonso Arinos (PFL-RJ), foi chamado para ocupar a tribuna. Mas seu assunto não era o projeto da sua comissão provisória. Ele queria apenas propor um voto de louvor ao presidente Reagan (EUA) e ao secretário-geral do PCUS, Mikhail Gorbachev, pela assinatura do tratado de limitação das armas nucleares.

A comunicação das lideranças tomou mais uma hora, sem maior emoção. Nem mesmo quando Roberto Jefferson, pelo PTB, fez duras críticas às esquerdas, que "estão esperando porque vem sendo desmontado o circo que armaram na Comissão de Sistematização, pensando que 47 constituintes, escolhidos a dedo, com a ajuda do relator, iam fazer a Constituição para todos".

Confusão mesmo houve com alguns jornalistas credenciados na Câmara e no Senado, que foram impedidos de circular com suas credenciais; os segurancas exigindo nova carteirinha especial para a Constituinte. Enquanto isso, a única manifestação política de populares aconteceu na rampa do Congresso: grupos ecologistas colocaram duas baleias infláveis na cúpula do Senado, em protesto contra a demora dos senadores em votar a lei de proteção às baleias.

Mas a partir de hoje, a segurança no Congresso deve ser aumentada, depois que Ulysses Guimarães e o segundo vice-presidente e corregedor da Constituinte, deputado Jorge Arbage (PDS-PA), assinarem convênio com o governo do Distrito Federal, autorizando a Polícia Militar a colocar seus 6.500 homens, junto com outros mil da Polícia Civil e mais 2.500 bombeiros, à disposição da segurança do Congresso. "Eles só agrão a pedido da Constituinte", garante o secretário de Segurança do Distrito Federal, coronel João Brochado, que está preocupado com a segurança externa do Congresso e com o policiamento dos seus 14 locais de acesso.

A PM armada com revólveres 39, bomba de gás lacrimogêneo e cassetetes fará o policiamento externo, impedindo também o acesso aos gramados, com cordas e fileiras de guardas. Com isso, os 50 agentes de segurança do Congresso poderão ajudar no policiamento interno, além de vigiar melhor os acessos às galerias, revistando todos e deixando entrar só quem apresente a senha especial fornecida pelos parlamentares, explicou Fernando Paulucci, chefe da Segurança da Câmara. Ontem 200 agentes se revezaram, em dois turnos, na segurança da Constituinte, com ordem de informar à Mesa se algum constituinte entrar armado no plenário.

Ocorrendo a rejeição de um capítulo e suas respectivas emendas, a sessão será suspensa por 48 horas e o relator apresentará um texto relativo especificamente à matéria. Continuará válido o direito de a maioria absoluta oferecer outra proposta, nas mesmas condições do relator. Nesta hipótese, será dado um prazo de 24 horas para apresentação de destaques subscritos por 187 constituintes. Concluída a votação do projeto, das emendas e dos destaques, o relator fará outro texto, para apreciação em segundo turno, no prazo de sete dias.



Seis dias após o tumulto, votação tranquila para Delfim e Fiuzza, menos trabalho para Ulysses e um novo susto para Covas

## Ulysses pede ajuda a Aparecido

BRASÍLIA  
AGÊNCIA ESTADO

O presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, e o governador do Distrito Federal, José Aparecido, vão formalizar logo convênio para a utilização de contingente das polícias Militar e Civil e do Corpo de Bombeiros na segurança das sessões de votação da Constituinte.

O pedido de reforço foi feito ontem por Ulysses, que justificou a medida lembrando os tumultos ocorridos na votação do substitutivo do Centrão ao regimento interno. O deputado explicou ainda que não pretende criar dificuldades para o acesso de populares às galerias do Congresso, mas exigirá de quem entrar "o respeito à ordem".

Ulysses Guimarães esteve ontem de manhã no Palácio do Buriti para solicitar ao governador José Aparecido a assinatura do convênio. Para a parte interna da Câmara, o governador vai contribuir com um número de agentes a ser definido, que auxiliará na distribuição e fiscalização das senhas de acesso às galerias. Se-



Preocupação com segurança leva Ulysses a Aparecido

## Uns querem mais rigor, outros menos

BRASÍLIA  
AGÊNCIA ESTADO

Com mais de cem agentes de segurança da Câmara e do Senado espalhados pelo Congresso, concentrados principalmente no Salão Verde e nos acessos ao plenário, e menos de cem pessoas nas galerias, a sessão de ontem da Constituinte foi tranquila, embora as medidas adotadas tenham desagradado às diferentes correntes. "Isso não é suficiente, continuamos expostos, e o deputado Expedito Machado já reclamou com Ulysses Guimarães", dizia o deputado Roberto Cardoso Alves, um dos coordenadores do Centrão. "Correram o povo daqui, a liberdade acabou com esta segurança exagerada, por isso as galerias estão vazias", queixava-se o deputado José Genoíno (PT-SP).

Confusão mesmo houve com alguns jornalistas credenciados na Câmara e no Senado, que foram impedidos de circular com suas credenciais; os segurancas exigindo nova carteirinha especial para a Constituinte. Enquanto isso, a única manifestação política de populares aconteceu na rampa do Congresso: grupos ecologistas colocaram duas baleias infláveis na cúpula do Senado, em protesto contra a demora dos senadores em votar a lei de proteção às baleias.

Mas a partir de hoje, a segurança no Congresso deve ser aumentada, depois que Ulysses Guimarães e o segundo vice-presidente e corregedor da Constituinte, deputado Jorge Arbage (PDS-PA), assinarem convênio com o governo do Distrito Federal, autorizando a Polícia Militar a colocar seus 6.500 homens, junto com outros mil da Polícia Civil e mais 2.500 bombeiros, à disposição da segurança do Congresso. "Eles só agrão a pedido da Constituinte", garante o secretário de Segurança do Distrito Federal, coronel João Brochado, que está preocupado com a segurança externa do Congresso e com o policiamento dos seus 14 locais de acesso.

A PM armada com revólveres 39, bomba de gás lacrimogêneo e cassetetes fará o policiamento externo, impedindo também o acesso aos gramados, com cordas e fileiras de guardas. Com isso, os 50 agentes de segurança do Congresso poderão ajudar no policiamento interno, além de vigiar melhor os acessos às galerias, revistando todos e deixando entrar só quem apresente a senha especial fornecida pelos parlamentares, explicou Fernando Paulucci, chefe da Segurança da Câmara. Ontem 200 agentes se revezaram, em dois turnos, na segurança da Constituinte, com ordem de informar à Mesa se algum constituinte entrar armado no plenário.

Ocorrendo a rejeição de um capítulo e suas respectivas emendas, a sessão será suspensa por 48 horas e o relator apresentará um texto relativo especificamente à matéria. Continuará válido o direito de a maioria absoluta oferecer outra proposta, nas mesmas condições do relator. Nesta hipótese, será dado um prazo de 24 horas para apresentação de destaques subscritos por 187 constituintes. Concluída a votação do projeto, das emendas e dos destaques, o relator fará outro texto, para apreciação em segundo turno, no prazo de sete dias.

## As emendas do Grupo dos 32

BRASÍLIA  
AGÊNCIA ESTADO

O Grupo dos 32, liderado pelo senador José Rícha, assim como nas instâncias iniciais da Constituinte, tentará também, para o plenário final, apresentar uma série de emendas ao anteprojeto do relator Bernardo Cabral, que representam o máximo de consenso entre as proposições dos constituintes. Alguns itens têm semelhanças com as propostas do Centrão e as defendidas pelo PMDB. Segundo o senador José Rícha, eles demonstram que há possibilidade de entendimento sobre pontos em que a ideologia e a radicalização não interferem de forma limitadora.

A coordenação das emendas do Grupo dos 32 coube à deputada Sandra Cavalcanti (PFL-RJ), e totaliza mais de 90 propostas, uma delas reduzindo o mandato do presidente Sarney, que deixaria o cargo em 31 de dezembro do próximo ano. Pelo anteprojeto aprovado pela Comissão de Sistematização, o mandato do atual presidente acabaria em 15 de março de 1989. Além disso, de acordo com a proposta do Grupo dos 32, os governadores e vice-governadores, eleitos no ano passado, cumprirão mandato até 31 de dezembro de 1990, e os prefeitos, vice-prefeitos e vereadores, eleitos em 85, deixarão seus cargos em 31 de dezembro do próximo ano.

As propostas do Grupo dos 32 referem-se aos seguintes itens:

**Estabilidade** — O projeto dá três opções: transfere a regulamentação da demissão imotivada para a legislação ordinária; estabelece ressarcimento financeiro ao empregado demitido sem justa causa; propõe indenização progressiva conforme o caso. A proposta proibe a demissão, exceto nos casos de contrato a termo, justa causa e falta grave.

**Empresa Nacional** — A emenda propõe a substituição do parágrafo do anteprojeto, que garante programas de fortalecimento da empresa nacional, por outro que proíba a discriminação a quaisquer empresas por parte do Estado, por força da origem do seu capital. A emenda mantém a prioridade para aquisição de bens e serviços pelo Poder Público de empresas nacionais.

**Monopólio** — Fica extinto o monopólio da comercialização de derivados de petróleo aprovado pela Sistematização e são mantidos os contratos de ris-

co com empresas estrangeiras para a prospecção de óleo ou gás natural.

**Aposentadoria** — A aposentadoria não será mais com base no salário integral, e sim no salário integral de contribuição, alterado mais uma vez o dispositivo da Sistematização.

**Terras Indígenas** — somente empresas nacionais poderão fazer pesquisa e lavra de minérios em terras indígenas ou faixas de fronteira.

**Crimes Inafiançáveis** — além da tortura, serão considerados crimes inafiançáveis o sequestro, tráfico de drogas e entorpecentes.

**Funcionário Público** — cargos em comissão e funções de confiança serão exercidos por servidores de carreira técnica ou profissional. No caso dos servidores não contratados, a proposta do Grupo dos 32 é contra a efetivação automática. Mas os atuais ocupantes de cargos e funções terão prioridade de contratação, tendo mais de cinco anos de atividade e se submetendo a um concurso.

**Municípios** — para a criação, incorporação, fusão ou desmembramento de municípios, sua população será consultada mediante plebiscito.

**Hora Extra** — O Grupo dos 32 é contra o pagamento de hora extra em dobro, conforme aprovado pela Sistematização. Propõe que o valor da hora extra seja superior ao do horário normal e acima do fixado em lei por convenções coletivas de negociação.

**Pequena Propriedade** — acaba com a proibição, determinada pela Sistematização de serem penhoradas pequenas propriedades rurais de até 25 hectares.

**Aborto** — proibe o aborto, defendendo o direito à vida "desde a concepção".

**Direitos Trabalhistas** — o Grupo dos 32 suprime do anteprojeto constitucional a imprescritibilidade das ações trabalhistas e a obrigação de as empresas com mais de 50 empregados destinarem 10% de vagas a trabalhadores com mais de 45 anos.

## Emendas do Centrão

As chamadas "conquistas" sociais da classe trabalhadora, introduzidas no projeto de Constituição pela Comissão de Sistematização, não deverão permanecer no futuro texto constitucional por não conseguirem o apoio da maioria. Assim, propostas aprovadas, como a estabilidade do trabalhador no

ção cedidos, ainda, agentes policiais para a área externa do Congresso, que se responsabilizarão pela rampa de acesso e imediações do edifício.

O convênio será assinado pelo corregedor da Constituinte, deputado Jorge Arbage, e pelo secretário de segurança do GDF, João Manoel Brochado.

O novo esquema de segurança deverá funcionar a partir do início da votação do projeto de Constituição da Comissão de Sistematização no plenário da Constituinte.

A sessão de ontem da Constituinte transcorreu sem nenhum incidente. A segurança foi feita por cem dos 200 agentes da Câmara e do Senado, que se revezaram nas galerias, no plenário e nos salões adjacentes. Segundo o chefe da segurança da Câmara, Fernando Paulucci, os policiais de segurança da Câmara, os policiais requisitados pelo governo do Distrito Federal serão utilizados apenas nas áreas externas e de estacionamento do Congresso. Os policiais civis e militares, segundo ele, vão substituir os agentes da Câmara e do Senado que hoje estão naquele serviço.

## Multipresidente, "candidato imbatível"

BRASÍLIA  
AGÊNCIA ESTADO

Um dos principais coordenadores do Centrão e membro da direção nacional do PMDB, o deputado paulista Roberto Cardoso Alves, concorda com o líder de seu partido da Constituinte, senador Mário Covas, pelo menos num ponto: "Numa convenção destinada a escolher o candidato do partido às eleições presidenciais em 88, Ulysses Guimarães será

imbatível". Da mesma forma que Covas, Cardoso Alves garantiu: "Ulysses terá meu voto". Ao contrário de Covas, no entanto, o deputado paulista não condicionou seu voto à sua permanência no PMDB, e assegurou a posição de Ulysses mesmo que a Constituinte decidisse por eleições só em 89. "No PMDB Ulysses é sempre favorito".

Cardoso Alves acha inviável seu partido continuar como uma "frente multicolorida", mas classifica de fal-

ta de imaginação a proposta do senador Márcio Lacerda (PMDB-MT) de recriar o antigo MDB, para reunir os parlamentares de centro-esquerda espalhados por várias legendas. O deputado lembrou que o MDB teve papel histórico e já abrigava as mais diversas tendências ideológicas, "como um arco". Na oposição, não havia contestação interna — "cada um sabia o papel a cumprir". Hoje Cardoso Alves exige definição do PMDB, uma "decatção em suas fileiras".